

Lei n.º 792/01

de 30 de outubro de 2001.

"Cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUÁ, Estado de Goiás, aprova e eu, Márcia Maria da Fonseca Assunção, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal do Idoso, órgão de caráter consultivo, deliberativo e normativo, responsável pela política de promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso.

Parágrafo único - O Conselho Municipal do Idoso reger-se-á por esta Lei, pelo que dispuser o seu Regimento Interno e pelas demais normas que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - Incumbe ao Conselho Municipal do Idoso:

I- formular diretrizes para definição da política municipal de apoio ao idoso;

II- assegurar, em todos os níveis da administração pública direta e indireta, atividades que visem à defesa dos direitos e deveres dos idosos, a eliminação das discriminações que os atingem e sua plena inserção na vida sócio-econômica e político-cultural do Município.

III- desenvolver pesquisas, estudos e debates sobre a problemática do idoso;

IV- analisar e emitir parecer sobre sugestões e denúncias formuladas;

V- desenvolver projetos que ampliem a participação do idoso em todos os níveis de atividades compatíveis com suas condições psicossociais, estimulando sua permanência em seus próprios lares;

VI- apoiar realizações concernentes ao idoso e promover intercâmbio com organizações e instituições nacionais e internacionais afins;

VII- elaborar o seu Regimento Interno, a ser aprovado pela Prefeitura Municipal;

VIII- assessorar, acompanhar a criação e manutenção de entidades, associações, grupos, e estimular, através de procedimentos cabíveis, a criação, pela iniciativa privada, de centros de assistência aos idosos;

IX- supervisionar as entidades que desenvolvem trabalho com o idoso e recebem subvenções de órgãos públicos ou auxílios originários dos cofres públicos e outras doações.

Parágrafo único - O Regimento Interno de que trata o inciso VII deste artigo disporá sobre o processo de escolha do Presidente e Vice-Presidente do Conselho e a duração do mandato de seus membros, que não poderá exceder a 02 (dois) anos, permitida a recondução por 01 (uma) vez.

Art. 3º - O Conselho Municipal do Idoso será composto de 10 (dez) membros, designados pela Prefeita Municipal, compreendendo representações paritárias do Poder Público e de entidades não governamentais, assim constituídas:

I - do Poder Público:

especificado: a) um representante de cada órgão abaixo

Esportes;

1. Fundação Municipal Grace Machado;
2. Universidade Estadual de Goiás;
3. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
4. Secretaria Municipal de Saúde;
5. Fundação Nacional de Saúde.

II - das entidades não governamentais:

especificada: a) 01 (um) representante de cada instituição abaixo

1. Ordem dos Advogados do Brasil (Seção de Goiás);



2. Maçonaria
3. Associação Pró- Idoso de Jaraguá;
4. Sociedade São Vicente de Paulo;
5. Lions Clube de Jaraguá.

Parágrafo 1º - Compete ao principal dirigente de cada órgão ou instituição indicar o seu representante ao Prefeito Municipal, devendo a escolha recair sempre sobre pessoas de comprovada atuação na defesa dos direitos dos idosos.

Parágrafo 2º - As funções de Conselheiro são consideradas serviço público relevante e não serão remuneradas.

Art. 4º - O Conselho Municipal do Idoso será organizado a partir da seguinte estrutura organizacional básica:

- I - Plenário;
- II - Grupos de Trabalho;
- III - Comissão Executiva.

Parágrafo 1º - O Plenário compreende a totalidade dos Conselheiros, cabendo-lhe eleger o Presidente e Vice-Presidente, tudo na forma regimental.

Parágrafo 2º - Os Grupos de Trabalho serão criados, tantos quantos se fizerem necessários ao desenvolvimento das ações a

serem implementadas, pelo Presidente do Conselho
Plenário, dos Núcleos Regionais, com duração limitada.



Parágrafo 3º - A Comissão Executiva será
basicamente assim constituída:

I - Presidência:

a) Presidente;

b) Vice-Presidente.

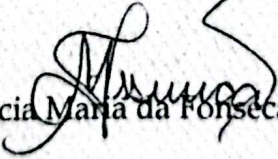
II - Coordenadoria - Geral.

Art. 5º - A estrutura complementar do Conselho, o
seu funcionamento e as competências das unidades que o compõem
serão definidos em seu Regimento Interno.

Art. 6º - Para efeito de atuação do Colegiado ora
instituído, consideram-se idosas quaisquer pessoas com mais de
sessenta anos de idade ou em comprovado processo de
envelhecimento precoce.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário,
esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE
JARAGUÁ**, Estado de Goiás, aos 30 dias do mês de outubro de 2001


Márcia Maria da Fonseca Assunção

Prefeita Municipal